

**31. Normas de Funcionamento do Programa de Inovação Social Aberta de Braga | 2.ª Edição
(Município de Braga, BragaHabit e Fundação “la Caixa”)**

Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, a proposta relativa às Normas de Funcionamento da 2.ª Edição do Programa de Inovação Social Aberta de Braga. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 71866

Data: 17/07/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

**Assunto: Proposta de Normas de Funcionamento do Programa de Inovação Social Aberta de Braga | 2.ª Edição
(Município de Braga, BragaHabit e Fundação “la Caixa”)**

Considerando que:

- O Protocolo de Colaboração assinado entre a Fundação “la Caixa”, o Município de Braga e a BragaHabit, no dia 11 de Maio de 2023, em anexo, visa impulsionar a Inovação Social através do desenvolvimento de um programa-piloto, denominado Programa de Inovação Social Aberta de Braga, que congrega e aplica os conceitos de Inovação Social e de Inovação Aberta;
- O Programa de Inovação Social Aberta de Braga potencia o desenvolvimento de projetos centrados na satisfação das necessidades sociais do Município de Braga, bem como a geração de sinergias entre entidades sociais, empresas e instituições ligadas ao desenvolvimento do conhecimento, promovendo relações de cooperação e colaboração para responder aos vários desafios que surgem neste contexto;
- O programa-piloto em referência centra a sua intervenção junto das Comunidades Ciganas, com o foco na promoção de soluções que visem o Sucesso Escolar e o acesso a processos de Aprendizagem ao Longo da Vida; a promoção da Empregabilidade e de Oportunidades de Carreira Profissional; e a promoção de soluções que promovam hábitos de Vida Saudável;
- O supracitado Protocolo de Colaboração permite a realização de um processo de investimento de impacto e permite ao Human Power Hub | Centro de Inovação Social de Braga continuar a aprofundar a sua linha de atuação em projetos que promovam a criatividade, o trabalho colaborativo e em rede e a igualdade de oportunidades para levar a cabo uma mudança real no território envolvente e alcançar as metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, promovendo a Inovação Social, o Empreendedorismo Social e a Responsabilidade Social;
- O conjunto de Normas de Funcionamento, em anexo, pretende regular as regras do Concurso a lançar conjuntamente pelo Município de Braga, a BragaHabit e a Fundação “la Caixa”, com vista à implementação da 2.ª edição desta iniciativa, definindo os termos da participação das entidades candidatas no Programa que tem por objeto o desenvolvimento de soluções que visem a promoção da empregabilidade e de oportunidades de carreira profissional junto das Comunidades Ciganas do Município de Braga.

Pelo exposto, propõe-se que o Executivo Municipal delibere no sentido de aprovar o conjunto de Normas de Funcionamento da 2.ª Edição do Programa de Inovação Social Aberta de Braga, em anexo, nos termos propostos.

O Chefe de Divisão

Anexos:

1. Protocolo de Colaboração entre a Fundação “la Caixa”, o Município de Braga e a BragaHabit, de 11 de Maio de 2023.
2. Proposta de Normas de Funcionamento da 2.ª edição do Programa de Inovação Social Aberta de Braga.
3. Ofício BragaHabit n.º 1941/2024, de 15 de Julho de 2024.

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

Entre:

Fundación Bancaria Caixa d'Estalvis i Pensions de Barcelona, "la Caixa", doravante designada por "**Fundação "la Caixa"**", com sede em Palma (Ilhas Baleares), Plaza Weyler, 3, 07001, e com NIF ESG-58899998, neste ato representada por Rafael Fernando Chueca Blasco, na qualidade de Diretor Corporativo de Território e Centros

Município de Braga, doravante designada por "**Município de Braga**", com sede na Praça do Município, em Braga, pessoa coletiva número 506 901 173, neste ato representada por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal.

E

BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M., doravante designada por "**BragaHabit**", com sede na Rua D. Paio Mendes, n.º 51, em Braga, pessoa coletiva número 504 537 784, neste ato representada por Carlos Alberto da Fonte Videira, na qualidade de Administrador Executivo.

Em conjunto, designados por "**Partes**".

As Partes, reconhecendo, mutuamente, capacidade jurídica suficiente para contratar e contrair obrigações por intermédio do presente Protocolo de Colaboração (doravante "**Protocolo**") e manifestando os presentes a vigência dos respetivos poderes, sendo os mesmos suficientes para obrigar as suas representantes, e

Considerando que:

- I. A Fundação "la Caixa" é uma organização sem fins lucrativos de direito espanhol, que tem como objetivo, entre outros, contribuir para o progresso das pessoas e da sociedade, dedicando especial importância aos grupos mais vulneráveis através do estabelecimento de programas, alianças ou colaborações em diversas áreas, nomeadamente na ação social, educativa, cultural, investigação e ciência, dirigidos a grupos muito diversos.
- II. No quadro da entrada do Banco BPI, S.A. no Grupo CaixaBank, a Fundação "la Caixa" iniciou em 2018 a sua atividade em Portugal com o objetivo de contribuir para o bem-

estar dos portugueses nas áreas de atuação acima identificadas, incluindo através de um impacto positivo na área da social e em pessoas em situação mais vulnerável.

- III. A Inovação Social tem sido um dos instrumentos mais importantes da ação da União Europeia desde 2009, quando, por decisão do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, a criatividade e a inovação foram definidas como uma linha de ação para o Impacto Social.
- IV. É uma afirmação dos atores europeus que "a Europa precisa de aumentar a sua capacidade de geração de criatividade e inovação, tanto por razões sociais como económicas. O Conselho Europeu reconheceu repetidamente que a inovação é fulcral para a capacidade de a Europa responder eficazmente aos desafios e oportunidades da globalização, o que exige que as competências criativas básicas de todas as pessoas sejam reforçadas. Em particular, há uma necessidade de aptidões e competências que permitam às pessoas perceber a mudança como uma oportunidade de estarem abertas a novas ideias que promovam a inovação e a participação ativa numa sociedade culturalmente diversa e baseada no conhecimento".
- V. Em fevereiro de 2013, foi aprovado o Guia para a Inovação Social da Comissão Europeia, que afirma que a Inovação Social pode ser definida como o programa de desenvolvimento e implementação de novas ideias (produtos, serviços e modelos) para satisfazer necessidades sociais e a criação de novas relações ou colaborações sociais.
- VI. Mais recentemente, a Comissão Europeia lançou uma nova iniciativa financiada pelo Fundo Social Europeu, que resultou na aprovação de 6 consórcios europeus para o desenvolvimento de Centros de Competências para a Inovação Social e que procuram replicar experiências, como as desenvolvidas em Portugal com a criação da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social.
- VII. Em 2020, o Município de Braga e a Fundação Bracara Augusta criaram o Human Power Hub - Centro de Inovação Social de Braga (doravante, HPH), com o objetivo de dar uma resposta transformadora aos problemas da comunidade local, um centro concebido para servir como fonte de novas soluções para os desafios do século XXI e que tem por base a promoção da inovação social de acordo com a abordagem holística da Teoria da Hélice

Quadrupla e que visa o desenvolvimento de iniciativas de impacto no setor público, no setor corporativo, no setor do conhecimento e no setor da sociedade civil.

- VIII. O HPH integra na sua Hélice da Sociedade Civil uma Incubadora Social, que se apresenta como um espaço de cocriação, orientado para a colaboração e para o apoio ao empreendedorismo social, um lugar de formação e criação coletiva, onde fluem sinergias entre a Administração Pública, a sociedade civil (em particular, as entidades do terceiro setor), as empresas e organizações corporativas e as instituições ligadas ao desenvolvimento do conhecimento.
- IX. O HPH nasceu como projeto financiado pelo Programa Portugal Inovação Social no âmbito da Medida “Parcerias para o impacto”, tendo a Fundação Bracara Augusta como Entidade Beneficiária e o Município de Braga como Investidor Social. Terminada a execução deste projeto, o HPH foi integrado na BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga (doravante, BragaHabit) em dezembro de 2021.
- X. Com este Protocolo de Colaboração Institucional entre a Fundação “la Caixa”, o Município de Braga e a BragaHabit pretende-se impulsionar a Inovação Social através do desenvolvimento de um programa piloto que congregue e aplique os conceitos de Inovação Social e de Inovação Aberta.
- XI. O Programa de Valorização da Inovação Social Aberta (doravante, ValorISA ou Programa), ou outra denominação que venha a ser acordada entre as Partes, potenciará o desenvolvimento de projetos centrados na satisfação de necessidades sociais do Município de Braga, identificadas em conjunto pelas Partes, bem como a geração de sinergias entre entidades sociais, empresas e instituições ligadas ao desenvolvimento do conhecimento, entre outras que possa ser relevante integrar no ValorISA, promovendo relações de cooperação e colaboração para procurar e implementar soluções para os vários desafios que surgem neste contexto.
- XII. Este programa piloto terá a duração de um ano, podendo ser renovável por acordo das partes até um período máximo de três edições e centrará a sua intervenção junto das Comunidades Ciganas, com o foco na promoção de soluções que visem o sucesso escolar e o acesso a processos de aprendizagem ao longo da vida; a promoção da

Empregabilidade e de Oportunidades de Carreira Profissional; e a promoção de soluções que promovam hábitos de vida saudável, livres de consumos dependentes e comportamentos de risco.

XIII.O presente protocolo de cooperação permite a realização de um processo de investimento de impacto e permite ao HPH continuar a aprofundar a sua linha de atuação em projetos que promovam a criatividade, o trabalho colaborativo e em rede e a igualdade de oportunidades para levar a cabo uma mudança real no território envolvente e alcançar as metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

XIV.A Fundação "la Caixa" pretende associar-se ao Município de Braga e à BragaHabit na implementação do Programa e estabelecer os termos e as condições da presente colaboração.

Nestes termos, e com vista a concretizar o apoio concedido pela Fundação "la Caixa", as Partes, livre e espontaneamente, acordam na celebração do presente Protocolo, que se rege pelo disposto nas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto

1. O presente Protocolo tem por objeto estabelecer uma relação de colaboração entre a Fundação "la Caixa" e o Município de Braga e a BragaHabit com vista à criação de um programa piloto denominado ValorISA, conforme consta do Anexo 1 ao presente Protocolo, que dele faz parte integrante ("Programa" ou "Programa ValorISA").
2. O Programa ValorISA consistirá no apoio ao desenvolvimento de soluções de impacto social junto das Comunidades Ciganas do território do Município de Braga.
3. O Programa ValorISA será lançado para o ano de 2023-2024, podendo ser renovado anualmente por acordo das Partes, até um máximo de três edições, tendo por objetivo

o apoio a projetos que proponham soluções inovadoras para os seguintes problemas sociais:

- a. Promoção de soluções que visem o sucesso escolar e o acesso a processos de aprendizagem ao longo da vida, com implementação do Programa no ano de 2023 e execução da solução selecionada no ano de 2024;
 - b. Promoção da Empregabilidade e de Oportunidades de Carreira Profissional, com implementação do Programa, caso venha a ser decidido renová-lo, no ano de 2024 e execução da solução selecionada no ano de 2025;
 - c. Promoção de soluções que promovam hábitos de vida saudável, livres de consumos dependentes e comportamentos de risco, com implementação do Programa, caso venha a ser decidido renová-lo, no ano de 2025 e execução da solução selecionada no ano de 2026.
4. No final do prazo do Protocolo, o Município de Braga e a BragaHabit apresentarão à Fundação "la Caixa" um relatório descrevendo a aplicação dos fundos recebidos ao abrigo do presente Protocolo, assim como os resultados conseguidos, eventuais constrangimentos verificados ou possíveis propostas de melhoria, podendo as Partes acordar na renovação do donativo ora concedido, em termos e condições a definir por escrito e sempre condicionado à apresentação, pelo Município de Braga e pela BragaHabit, do referido relatório, o qual deverá ser favoravelmente avaliado pela Fundação "la Caixa" como condição para a renovação do donativo.
5. Para além do disposto no número anterior, o lançamento de cada edição do Programa ValorISA carece da elaboração do respetivo Regulamento do Concurso e Normas de Funcionamento que deverão ser aprovadas pelas Partes.

Cláusula Segunda

Compromissos do Município de Braga e a BragaHabit

1. O Município compromete-se a alocar ao Programa um montante total de €30.000 (trinta mil euros), comprometendo-se ainda o Município de Braga e a BragaHabit, nomeadamente, a:

- a. Destinar integralmente o montante do apoio financeiro recebido pela Fundação "la Caixa" à realização do Programa;
 - b. A elaborar, em articulação com a Fundação "la Caixa", o Regulamento do Concurso;
 - c. A gerir o Concurso e, uma vez selecionados os projetos, a assinar um protocolo de colaboração com cada representante no prazo máximo de 30 dias após comunicação da atribuição da seleção;
 - d. Dedicar os recursos humanos e materiais necessários à implementação do Programa, assumindo total responsabilidade pelas atividades desenvolvidas ao abrigo do presente Protocolo, que têm em vista contribuir para a boa implementação do referido Programa, designadamente, aportando os recursos necessários (i) ao lançamento e à gestão do concurso a lançar para a seleção das entidades que integrarão a Fase 1, (ii) à capacitação das entidades que venham a ser selecionadas na Fase 1 do Programa e (iii) ao acompanhamento do projeto-piloto que venha a ser selecionado no âmbito da Fase 2 do Programa;
 - e. Apresentar à Fundação "la Caixa", no final do presente Protocolo, um relatório explicativo da aplicação dos apoios financeiros recebidos.
2. A descrição, objetivos e calendário do Programa assumidos pelo Município de Braga e pela BragaHabit encontram-se detalhados no Anexo 1 ao presente Protocolo, fazendo parte integrante do mesmo.

Cláusula Terceira

Compromissos da Fundação "la Caixa"

1. A Fundação "la Caixa" compromete-se a entregar um donativo, livre de quaisquer contrapartidas, a favor da BragaHabit, no montante total de €30.000 (trinta mil euros), incluindo eventuais impostos aplicáveis, pago por meio de transferência para uma conta bancária de que seja titular a BragaHabit, junto do Banco BPI, S.A. (BPI).
2. O donativo referido no número anterior será atribuído pela Fundação "la Caixa" à BragaHabit, que enviará à Fundação "la Caixa" a correspondente solicitação de donativo e demais documentação necessária, com uma antecedência mínima de 30 dias.

Cláusula Quarta

Comissão de Seleção dos Projetos e Comissão de Gestão do Protocolo

1. Para a seleção dos projetos a apoiar e o seu acompanhamento será constituída uma comissão (doravante “**Comissão de Seleção**”) integrada por dois representantes da Fundação “la Caixa”, dois representantes do Município de Braga e um quinto elemento por acordo comum das Partes, que estabelecerá de comum acordo as regras do seu funcionamento.
2. A esta Comissão de Seleção caberá, entre outras, as seguintes funções:
 - a. seleção dos até 10 projetos que integrarão a fase de capacitação (Fase 1), com base nos seguintes critérios de avaliação:
 - a. Adequação da solução proposta ao desafio apresentado;
 - b. Apresentação de objetivos gerais e específicos;
 - c. Grau de impacto nas comunidades abrangidas;
 - d. Parcerias;
 - e. Grau de inovação da solução proposta;
 - f. Grau de sustentabilidade do projeto;
 - g. Clareza da proposta de valor;
 - h. Maturidade do projeto;
 - i. Viabilidade económica e financeira;
 - j. Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
 - k. Elementos que contribuam para o desenvolvimento de Boas Práticas em Inovação Social e Inovação Aberta.
3. Os 10 projetos a selecionar no âmbito do Concurso a lançar para o efeito serão financiados em montante igual pelas Partes, até um máximo de €2.500 por projeto, a liquidar conforme vier a ser definido no respetivo Protocolo de Colaboração, e beneficiarão de um programa de capacitação do HPH, com a duração de três semanas,

baseado num modelo de inovação aberta, com vista ao desenvolvimento de uma ação de pequena escala ("Small Scale Action") que consistirá na experimentação e melhoria do protótipo da solução proposta.

4. A Comissão de Seleção será igualmente responsável pela escolha do projeto vencedor de entre os projetos da Fase 1, de acordo com os critérios de avaliação enunciados no número 2 da presente Cláusula, e cuja solução de impacto será implementada, enquanto projeto-piloto financiado em montante igual pelas Partes, até um máximo de € 35.000.
5. O projeto vencedor será acompanhado pelo Município e BragaHabit, através do HPH, com vista à sua implementação junto das comunidades ciganas, sendo-lhe garantido o acesso gratuito ao espaço de incubação física, bem com a disponibilização de serviços de assessoria, consultadoria, mentoria e integração nas comunidades de impacto do HPH.
6. Poderá ainda ser constituída uma Comissão de Gestão de Protocolo (doravante, Comissão de Gestão de Protocolo) que acompanhará o desenvolvimento do presente Protocolo, e que terá como funções, designadamente, as seguintes:
 - a) Avaliar o cumprimento dos objetivos;
 - b) Realizar o controlo e acompanhamento e assegurar a correta aplicação do apoio financeiro da Fundação "la Caixa";
 - c) Resolver as questões que surjam em aspetos relacionados com o Programa;
 - d) Avaliar o resultado do Programa e da colaboração entre as Partes; e, em geral;
 - e) As demais funções que resultem do presente Protocolo e que as Partes entendam convenientes.
7. A Comissão de Gestão do Protocolo fará as reuniões que entender pertinentes para o cumprimento das funções que lhe são atribuídas, tomando as decisões que considere oportunas.

8. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Comissão de Gestão do Protocolo reunir-se-á a pedido de qualquer das Partes para discutir determinados assuntos que, pela sua urgência ou especificidade, seja necessário discutir.
9. Os membros da Comissão de Gestão do Protocolo darão conta do resultado da sua gestão às respetivas instituições.

Cláusula Quinta

Confidencialidade e Dados Pessoais

1. As Partes obrigam-se a manter confidencial e a assegurar a confidencialidade por parte dos seus colaboradores de toda a informação trocada ao abrigo deste Protocolo que seja classificada como "Confidencial" (doravante, "**Informação Confidencial**"), exceto na estrita medida do necessário para o cumprimento de disposições legais, não podendo, designadamente, copiar, reproduzir, distribuir, ceder, comunicar ou revelar a terceiros, direta ou indiretamente.
2. A Informação Confidencial não poderá ser utilizada, total ou parcialmente, senão nos termos e no âmbito do presente Protocolo e o termo do mesmo não prejudica a manutenção das obrigações de confidencialidade nele previstas.
3. Os dados pessoais incluídos neste Protocolo (dados dos signatários de cada uma das Partes) serão tratados pelas outras Partes para a finalidade de gestão da relação de colaboração, sendo a base do tratamento o interesse legítimo de cada uma das Partes no cumprimento desta relação, e serão conservados durante todo o tempo que esta subsista e subsequentemente, até prescreverem as eventuais responsabilidades decorrentes dela derivadas.
4. Finalizados esses prazos de prescrição, os dados serão apagados ou, alternativamente, anonimizados.
5. Os signatários dão-se por informados do seguinte:
 - a) Os respetivos responsáveis pelo tratamento de dados pessoais são as Partes signatárias e os dados de contacto do Encarregado da Proteção de Dados (EPD ou DPO) ou do responsável pela segurança de cada uma delas, os seguintes:

- i. Contactos do Encarregado da Proteção de Dados da Fundação "la Caixa":
E-mail: dpd@fundacionlacaixa.org
Endereço: Avenida Diagonal 621 – 629, 08028 Barcelona
- ii. Contactos do Encarregado da Proteção de Dados do Município:
E-mail: dpo@cm-braga.pt
Endereço: Praça do Município, 4700-435 Braga

Contactos do Encarregado da Proteção de Dados da BragaHabit:
E-mail: dpo@bragahabit.pt
Endereço: Rua D. Paio Mendes 51, 4700-424 Braga
- b) Os dados pessoais dos signatários não serão cedidos a entidades terceiras nem serão objeto de decisões automatizadas.
- c) Caso as Partes necessitem de subcontratar os serviços de fornecedores localizados em países que não tenham uma legislação equivalente à legislação europeia relativamente ao tratamento de dados pessoais, essas contratações serão realizadas após o cumprimento de todos os requisitos estabelecidos pela legislação de proteção de dados e aplicando as garantias e salvaguardas necessárias para preservar a sua privacidade. Para obter mais informações, poderão entrar em contato com os Encarregados da Proteção de Dados ou, quando aplicável, com o responsável pela segurança, através dos endereços indicados.
- d) Têm o direito a aceder aos seus dados pessoais, retificar os dados inexatos, solicitar o seu apagamento quando estes já não sejam necessários, exercer o direito de oposição ou limitação do seu tratamento ou solicitar a sua portabilidade, enviando uma mensagem ao Encarregado da Proteção de Dados ou, quando aplicável, ao responsável pela segurança, para os endereços acima indicados.
- e) Se considerarem que o tratamento dos seus dados pessoais viola o disposto na legislação aplicável, poderão enviar uma reclamação ao Encarregado da

Proteção de Dados ou ao responsável pela segurança, conforme aplicável, ou à Agência Espanhola de Proteção de Dados ou outra autoridade de controlo competente.

6. Fica expressamente acordado que todos os dados ou informações que o Município e/ou a BragaHabit comuniquem à Fundação "la Caixa" em relação ao projeto no âmbito do presente Protocolo serão dados anonimizados, ou seja, não permitirão a identificação de uma pessoa singular e, portanto, serão excluídos da aplicação da legislação de proteção de dados. Em particular, o Município e/ou a BragaHabit manterão a Fundação "la Caixa" informada acerca da evolução do projeto através de dados de natureza quantitativa, numérica e/ou percentual (*i.e.* dados agregados).
7. O Município e/ou a BragaHabit não acederão nem tratarão dados pessoais pelos quais a Fundação "la Caixa" seja responsável, durante a vigência do presente Protocolo. Caso, durante a vigência do presente Protocolo, se verifique o acesso a quaisquer dados pessoais pelos quais a Fundação "la Caixa" seja responsável, deverá notificar imediatamente a mesma, aplicando as medidas de segurança apropriadas e adotando as Partes todas as medidas e/ou ações que sejam necessárias de acordo com a legislação de proteção de dados.
8. O Município e/ou a BragaHabit declaram que cumprirão, sob sua única e exclusiva responsabilidade, todas as obrigações que possam ser exigidas na aplicação da legislação de proteção de dados pessoais. Da mesma forma, compromete-se a aplicar as medidas de segurança necessárias, isentando a Fundação "la Caixa" de qualquer indemnização e/ou sanções reclamadas por qualquer terceiro, incluindo as autoridades e organismos competentes.

Cláusula Sexta

Comunicação

1. Com o acordo prévio e por escrito da Fundação "la Caixa", o Município e/ou a BragaHabit poderão divulgar a colaboração ora estabelecida com a Fundação "la Caixa", e incluir as atividades desenvolvidas com o presente donativo no seu relatório

anual de atividades e em quaisquer outros documentos e atos de comunicação das atividades realizadas ao abrigo do presente Protocolo.

2. A Fundação "la Caixa" deverá aprovar previamente, se for o caso, a utilização da sua imagem institucional e o uso pelo Município e/ou a BragaHabit de logotipos e quaisquer outros sinais distintivos nos termos que constam do Anexo 2, bem como o âmbito da sua possível participação em atos ou iniciativas públicas / oficiais.
3. A Fundação "la Caixa" poderá realizar a divulgação da colaboração com o Município e/ou a BragaHabit ao abrigo do presente Protocolo, mediante a prévia e expressa aprovação destes relativamente ao correto uso da sua imagem institucional, de logotipos e quaisquer outros sinais distintivos deste.

Cláusula Sétima

Independência

O presente Protocolo não prejudica a total independência das Partes no prosseguimento das suas missões e atuação noutras áreas não protocoladas.

Cláusula Oitava

Correspondência

1. Todas as comunicações entre as Partes relativamente ao Protocolo devem ser efetuadas por escrito, mediante carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico com recibo de leitura, para os seguintes endereços e postos de receção:

Fundação "la Caixa":

Ana Feijó Cunha

Avenida da Boavista, 1117, 6.º 4100-129 Porto

afeijocunha@fundacaolacaixa.org

Tel. +351 93 618 32 63

Município de Braga:

Joaquim Castro de Freitas

Praça do Município, 4700-435 Braga

joaquim.freitas@cm-braga.pt

Tel. + 351 91 870 85 85

BragaHabit:

Carlos Alberto Videira

Rua D. Paio Mendes, 51, 4700-424 Braga

carlos.videira@bragahabit.pt

Tel. +351 92 799 51 92

2. As comunicações efetuadas mediante carta registada com aviso de receção considerar-se-ão realizadas na data de assinatura do respetivo aviso.
3. Para os efeitos estabelecidos na presente cláusula, qualquer das Partes poderá designar uma nova pessoa de contacto, nova morada e/ou novo endereço de e-mail mediante notificação à outra Parte, através de carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico com recibo de leitura, nos 15 (quinze) dias subsequentes à respetiva alteração.

Cláusula Nona

Vigência do Protocolo

1. O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e cessa a sua vigência em 11 de Maio de 2024.
2. O prazo de vigência do Contrato é acordado sem prejuízo das disposições que, por previsão expressa ou pela sua natureza, devam permanecer em vigor após a cessação do mesmo.

Cláusula Décima

Termo do Protocolo: Causas

1. O presente Protocolo chega ao seu termo na respetiva data final de vigência, inicial ou prorrogada, quando não se deva considerar prorrogada em conformidade, podendo também terminar antecipadamente, nos termos das alíneas seguintes:

- a) Por incumprimento por qualquer uma das Partes das obrigações assumidas ao abrigo do presente Protocolo;
 - b) Por mútuo acordo entre as Partes, por escrito, nesse sentido;
 - c) Denúncia, por escrito, por qualquer uma das Partes, comunicada à outra Parte;
 - d) Pela entrada em vigor de disposições legais ou regulamentares que impeçam o seu cumprimento.
2. Para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 da presente Cláusula e caso o incumprimento em causa seja sanável, a Parte que pretender resolver o presente Protocolo poderá notificar a outra de tal intenção, concedendo à Parte incumpridora um prazo não inferior a 5 (cinco) dias úteis para sanção do incumprimento ou indicando a modificação pretendida.
 3. Caso a Parte cumpridora não pretenda exercer o direito previsto no número anterior ou, nos casos em que o mesmo tenha sido exercido, quando a modificação pretendida não tenha sido aceite pela outra Parte ou o incumprimento em causa sanado no prazo concedido para o efeito, poderá então a Parte cumpridora resolver o presente Protocolo através de carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico com recibo de leitura, enviado com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis relativamente à data de produção de efeitos desta resolução.
 4. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a resolução antecipada do presente Protocolo, não prejudica a obrigação de cumprimento pelas Partes das obrigações assumidas ao abrigo do mesmo, que lhes sejam aplicáveis até à data de produção de efeitos da referida resolução.
 5. Caso se verifique a resolução antecipada do presente Protocolo, a Fundação "la Caixa" não procederá à entrega de quaisquer montantes devidos ao abrigo do mesmo, a partir da data da resolução, podendo ainda solicitar, caso assim o entenda, a devolução de quaisquer montantes já pagos à BragaHabit ao abrigo do presente Protocolo e / ou o ressarcimento, nos termos da lei, de quaisquer danos e prejuízos incorridos.

Cláusula Décima Primeira

Cessão da posição contratual

As Partes não poderão ceder, total ou parcialmente, a respetiva posição contratual sem o consentimento por escrito da outra parte.

Cláusula Décima Segunda

Pacto Global das Nações Unidas

1. O Município de Braga e a BragaHabit declaram conhecer os princípios do Pacto Global das Nações Unidas, assumindo na íntegra o seu conteúdo e comprometendo-se a envidar os seus melhores esforços com vista ao respeito dos referidos princípios, nomeadamente no âmbito do presente Protocolo.
2. É do interesse da Fundação "la Caixa" que os seus fornecedores e parceiros compreendam, aceitem e respeitem os princípios do Pacto Global, assumindo ambas as Partes que a violação por parte do Município de Braga e da BragaHabit de qualquer uma das disposições contidas no mesmo dá o direito à Fundação "la Caixa" de proceder à resolução unilateral do presente Protocolo, nos termos do disposto na cláusula décima, e sem que assista ao Município de Braga e/ou à BragaHabit o direito a qualquer indemnização.
3. A Fundação "la Caixa" poderá solicitar ao Município de Braga e/ou à BragaHabit, que se comprometem a disponibilizar, informação que considere necessária para promover o respeito, por parte desta, dos princípios do Pacto Global das Nações Unidas.

Cláusula Décima Terceira

Medidas de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo

As Partes comprometem-se a trocar toda a informação necessária para o bom cumprimento das obrigações decorrentes do n.º 1 do artigo 146.º da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, que estabelece as medidas de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Cláusula Décima Quarta

Legislação aplicável e foro competente

1. O presente Protocolo rege-se e será interpretado de acordo com a lei Portuguesa.
2. Antes de iniciar qualquer litígio, as Partes comprometem-se a resolver qualquer diferendo emergente ou relacionado com o presente Protocolo, nomeadamente quanto à interpretação, alteração, resolução e efeitos que deste possam decorrer, recorrendo a todos os meios e tentativas de resolução amigável.
3. Caso se esgotem todos os meios e tentativas de resolução amigável, nos termos referidos no parágrafo anterior, as Partes estabelecem, expressamente, o foro dos Julgados e Tribunais da cidade de Lisboa, com renúncia ao seu próprio foro e domicílio, caso sejam distintos, para quaisquer ações, incidentes e exceções a que as Partes possam recorrer em virtude de direitos resultantes do Protocolo ou da legislação aplicável, tanto substantivos como processuais.

O presente Protocolo foi celebrado no Porto, no dia 11 de maio de 2023 em 3 (três) vias, uma para cada uma das partes e todas valendo como original.

Fundação "la Caixa"

17221330B RAFAEL
FERNANDO
CHUECA (R:
G58899998)

Firmado digitalmente por
17221330B RAFAEL
FERNANDO CHUECA (R:
G58899998)
Fecha: 2023.05.15 15:22:41
+02'00'

Rafael Fernando Chueca Blasco

Diretor Corporativo de Território
e Centros

Município de Braga

RICARDO
BRUNO
ANTUNES
MACHADO RIO

Assinado de forma
digital por RICARDO
BRUNO ANTUNES
MACHADO RIO
Dados: 2023.05.17
11:37:15 +01'00'

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio

Presidente

CARLOS ALBERTO
DA FONTE VIDEIRA

Assinado de forma digital por
CARLOS ALBERTO DA FONTE
VIDEIRA
Dados: 2023.05.15 19:32:59
+01'00'

Carlos Alberto da Fonte Videira

Administrador Executivo

Anexo 1 | Descrição do Programa ValorISA

Sem prejuízo do Regulamento do Concurso para seleção dos projetos candidatos que deverá ser aprovado pelas Partes:

1. O acesso a este Programa está aberto a grupos de cidadãos, organizações sem fins lucrativos, empresas e instituições ligadas ao desenvolvimento do conhecimento que apresentem projetos destinados a satisfazer as necessidades e mitigar os problemas sociais das Comunidades Ciganas através de processos de Inovação Social e Inovação Aberta na promoção de soluções que visem o sucesso escolar e o acesso a processos de aprendizagem ao longo da vida.
2. Os projetos poderão ser apresentados em parceria com outras entidades, sendo que nesse caso será necessário que a referida parceria apresente uma Entidade Coordenadora.
3. Os projetos deverão cumprir os seguintes requisitos para serem considerados elegíveis:
 - a. Apresentação de uma proposta de solução inovadora para o problema social identificado pelos promotores do Programa ValorISA;
 - b. Critérios de medição do impacto social da proposta de solução inovadora;
 - c. Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
4. O concurso para seleção de candidaturas ao Programa ValorISA terá carácter gratuito e decorrerá em 2023, em data que será divulgada nos locais de divulgação utilizados pelo Município de Braga, BragaHabit, HPH, e da Fundação "la Caixa".
5. As candidaturas terão de ser submetidas através da plataforma disponibilizada pelo HPH, disponível no endereço www.humanpowerhub.org, no qual também serão divulgados os projetos que venham a ser selecionados para integrar o Programa na Fase 1 e, no final, o projeto selecionado no âmbito da Fase 2.
6. O prazo para apresentar candidaturas decorrerá entre o dia 16 de maio e o dia 15 de junho de 2023 (23h59 Hora Portugal Continental).
7. A seleção para a Fase 1 do Programa será comunicada até ao dia 29 de junho de 2023.
8. A Fase 1 do Programa decorrerá entre os dias 12 e 28 de julho de 2023.
9. O projeto selecionado para a Fase 2 será anunciado até ao 29 de setembro de 2023.



10. A implementação do projeto selecionado para a Fase 2 deverá ter início durante o mês de outubro de 2023 e terá a duração de 366 dias após a data do seu início.



Anexo 2 | Normas gráficas de aplicação da imagem corporativa

Normativa gráfica

Aplicação da *marca institucional*



Fundação "la Caixa"

Normas gráficas de aplicação da marca corporativa

- Conjunto corporativo
- Área de proteção
- Cores das marcas
- Versões autorizadas
- Versões não autorizadas
- Tamanho mínimo

Conjunto corporativo

Destes grafismos, não se pode variar nem a composição nem a relação tamanho/distância que existe entre o símbolo e o logótipo. O aumento ou a redução do tamanho devem ser proporcionalmente realizados.

Em seu redor, marca-se uma zona de reserva –delimitada por uma linha descontínua, que corresponde às constantes “x”–, em torno da totalidade do grafismo de identidade. Este espaço não pode ser ocupado por nenhum outro elemento gráfico, fotográfico nem tipográfico.

GRAFISMO HORIZONTAL



GRAFISMO VERTICAL



Cores das marcas

Só poderão ser usadas as cores que mostramos a seguir e serão sempre aplicadas sobre fundo branco.



Imagem em CMYK
Imagem em RGB
Pantone: 1665



Pantone: 2768
CMYK: 100 90 0 60
RGB: 2 15 80



Fundação "la Caixa"



Pantone: 299
CMYK: 100 0 0 0
RGB: 42 142 91



Pantone: Warm Red
CMYK: 0 100 100 0
RGB: 255 0 0



Pantone: 123
CMYK: 0 20 100 0
RGB: 255 204 0



Pantone: Black
CMYK: 0 0 0 100
RGB: 0 0 0

Versões autorizadas

Versões sobre preto e branco

Deve priorizar-se a versão que melhor contraste com o fundo, com preferência pelas versões positivas coloridas com fundo branco.

Quanto à disposição, deve priorizar-se a versão do logótipo que melhor encaixe no formato.

GRAFISMO HORIZONTAL

Positivo colorido



Negativo colorido



Positivo em branco/preto



Negativo em branco/preto



GRAFISMO VERTICAL

Positivo colorido



Negativo colorido



Positivo em branco/preto



Negativo em branco/preto



Em todas as peças o conteúdo será aprovado por ambas as entidades, antes de serem produzidas.
Os arquivos devem ser mandados para validação normativa para fundacionlacaixa@normativa.eu

Versões autorizadas

Versões sobre cor. Quando o logótipo se localiza sobre um fundo de cor que não seja branco ou preto, será utilizada a versão a preto e branco ou a versão com o logótipo de BPI a cores e o resto a preto e branco, priorizando a que melhor contraste e leitura tiver.

Versões sobre imagens. Quando o logótipo se localiza sobre uma imagem, utilizar-se-á sempre a versão a preto e branco. Devem evitar-se as zonas com ruído visual e há que escolher a que ofereça o melhor contraste.

GRAFISMO HORIZONTAL

Positivo a branco/preto sobre fundo de cor



Positivo colorido sobre fundo de cor



Positivo em branco/preto sobre fundo de imagem



GRAFISMO VERTICAL

Positivo a branco/preto sobre fundo de cor



Positivo colorido sobre fundo de cor



Positivo em branco/preto sobre fundo de imagem



Na aplicação sobre fundos claros dever-se-á solicitar autorização ao Departamento de Marca.
A aplicação sobre fundo azul com logo em branco é uma exceção e deverá ser solicitada autorização ao Departamento de Marca.

Negativo a branco/preto sobre fundo de cor



Negativo colorido sobre fundo de cor



Positivo em branco/preto sobre fundo de imagem



Negativo a branco/preto sobre fundo de cor



Negativo colorido sobre fundo de cor



Positivo em branco/preto sobre fundo de imagem



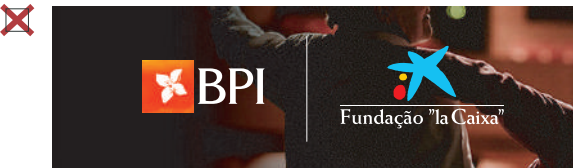
Versões não autorizadas

Não se pode variar nem a composição nem a relação tamanho/distância que existe entre símbolo e logótipo. O aumento ou a redução de tamanho devem realizar-se proporcionalmente. As versões em que não haja contraste suficiente para uma correta leitura do logótipo não serão válidas. O logótipo colorido nunca poderá ser colocado sobre uma imagem ou sobre um fundo colorido. (Todos estes exemplos são representativos.)

GRAFISMO HORIZONTAL



GRAFISMO VERTICAL



Tamanho mínimo



Programa ISA Braga

Normas de Funcionamento do Concurso da 2ª Edição

O Protocolo de Colaboração assinado entre a Fundação "la Caixa", o Município de Braga e a BragaHabit no dia 11 de maio de 2023 pretende impulsionar a Inovação Social através do desenvolvimento de um programa piloto que congregue e aplique os conceitos de Inovação Social e de Inovação Aberta.

O Programa de Inovação Social Aberta de Braga (doravante, Programa ou ISA Braga) potencia o desenvolvimento de projetos centrados na satisfação das necessidades sociais do Município de Braga, bem como a geração de sinergias entre entidades sociais, empresas e instituições ligadas ao desenvolvimento do conhecimento, promovendo relações de cooperação e colaboração para responder aos vários desafios que surgem neste contexto.

Este Programa piloto centra a sua intervenção junto das Comunidades Ciganas, com o foco na promoção de soluções que visem o sucesso escolar e o acesso a processos de aprendizagem ao longo da vida; a promoção da Empregabilidade e de Oportunidades de Carreira Profissional; e a promoção de soluções que promovam hábitos de vida saudável, livres de consumos dependentes e comportamentos de risco.

O referido Protocolo de Colaboração permite a realização de um processo de investimento de impacto e permite ao Human Power Hub - Centro de Inovação Social de Braga (doravante HPH), uma plataforma de promoção da inovação social, de empreendedorismo social, responsabilidade social e de impacto, gerido pela BragaHabit, continuar a aprofundar a sua linha de atuação em projetos que promovam a criatividade, o trabalho colaborativo e em rede e a igualdade de oportunidades para levar a cabo uma mudança real no território envolvente e alcançar as metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

As presentes Normas de Funcionamento regulam as regras do Concurso a lançar conjuntamente pelo Município de Braga, a BragaHabit e a Fundação "la Caixa" (doravante em conjunto designados por "Entidades Promotoras") com vista à implementação desta iniciativa conjunta.

Artigo 1.º

(Âmbito)

As presentes Normas de Funcionamento estabelecem os termos da participação das entidades candidatas no Programa cuja 2ª edição tem por objeto o desenvolvimento de soluções que visem a promoção da empregabilidade e de oportunidades de carreira profissional junto das Comunidades Ciganas do Município de Braga.

Artigo 2.º

(Elegibilidade das entidades candidatas)

1. Podem candidatar-se a este Programa grupos de cidadãos, organizações sem fins lucrativos, empresas e instituições ligadas ao desenvolvimento do conhecimento, com sede ou delegação legalmente constituída em Portugal e que apresentem projetos destinados a satisfazer as necessidades e a missão identificadas no Artigo 1º.
2. Os projetos poderão ser apresentados em parceria com outras entidades de entre as indicadas no número anterior, devendo nesse caso ser designada uma Entidade Líder, que subscreverá a candidatura e assegurará a relação com as Entidades Promotoras.
3. As entidades candidatas deverão ter a sua situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária, apresentando as respetivas certidões comprovativas com a apresentação da candidatura, ou documento equivalente, se aplicável.
4. As entidades candidatas deverão ainda apresentar a seguinte documentação, quando aplicável:
 - a. Cópia do documento de constituição, do diploma de criação da entidade ou documento equivalente;
 - b. Composição dos órgãos sociais, com indicação da validade do respetivo mandato, ou documento equivalente, se aplicável;
 - c. Cópia da deliberação/autorização emitida pela entidade competente para o efeito / órgãos decisores da entidade, mediante a qual se aprova a candidatura da entidade ao Concurso ou documento equivalente, se aplicável;
 - d. Cópia dos Relatórios e Contas relativos aos dois últimos exercícios, aprovados nos termos da lei aplicável, ou documento equivalente, se aplicável;
 - e. Currículo do gestor do projeto (máximo duas páginas).

- f. Declaração de intenção da(s) entidade(s) parceira(s) de colaboração no projeto, se aplicável (no caso de projetos em parcerias).
 - g. Consentimento para o tratamento de dados pessoais do gestor do projeto (modelo disponível no Balcão Digital da BragaHabit).
- 5. As entidades candidatas deverão ainda cumprir a legislação vigente aplicável no contexto da implementação e execução do projeto, incluindo no âmbito da proteção de dados pessoais.
 - 6. Toda a documentação deverá ser submetida em formato eletrónico. Em nenhum caso será aceite documentação física.
 - 7. Caso seja solicitado, as entidades candidatas deverão demonstrar, por meio dos documentos originais, a validade da documentação apresentada.

Artigo 3.º

Finalidade dos projetos

- 1. Os projetos deverão cumprir os seguintes requisitos para serem considerados elegíveis:
 - a. Apresentar uma proposta de solução inovadora que vise a promoção da empregabilidade e de oportunidades de carreira profissional junto das Comunidades Ciganas do Município de Braga.;
 - b. Apresentar critérios qualitativos e quantitativos de medição do impacto social da proposta de solução inovadora.
- 2. Os projetos poderão estar em fase de ideação ou de aceleração, não devendo, porém, ter iniciado a sua implementação enquanto projeto piloto.

Artigo 4.º

Calendário e apresentação da Candidatura

- 1. O prazo para apresentação de candidaturas ao Programa decorrerá entre os dias 19 de agosto e 20 de setembro de 2024 (23.59 GMT).
- 2. As candidaturas terão de ser submetidas através do Balcão Digital da BragaHabit, disponível no endereço <https://balcaodigital.bragahabit.pt>.
- 3. Os projetos que venham a ser selecionados para integrar o Programa serão divulgados no sítio oficial da BragaHabit na internet, disponível no endereço www.bragahabit.pt.
- 4. A seleção dos projetos será comunicada:

- a. Fase 1: até ao dia 30 de setembro de 2024;
 - b. Fase 2: até ao dia 30 de novembro de 2024.
5. O resultado do Concurso ao Programa poderá ser declarado inconclusivo em quaisquer das suas Fases caso nenhum dos projetos submetidos cumpra as condições necessárias para o apoio de projetos em conformidade com os padrões de qualidade das Entidades Promotoras.
6. O resultado do Concurso será inapelável.

Artigo 5.º

(Comissão de Seleção dos Projetos)

1. Para a seleção dos projetos a apoiar e o seu acompanhamento será constituída uma comissão (doravante “Comissão de Seleção”) integrada por dois representantes da Fundação “la Caixa”, dois representantes do Município de Braga e um quinto elemento indicado por acordo comum das Partes, que estabelecerá de comum acordo as regras do seu funcionamento.
2. A esta Comissão de Seleção caberá, entre outras, a seleção de até 10 projetos que integrarão a fase de capacitação (Fase 1), com base nos seguintes critérios de avaliação:
 - a. **Capacidade da entidade candidata:**
 - i. Avaliação da solidez da entidade e da capacidade de implementação do projeto apresentado. Será avaliada a gestão, transparência e integração na comunidade local e valorizada a experiência na realização de projetos com beneficiários semelhantes;
 - ii. Parcerias a estabelecer e outras fontes de financiamento, sendo valorizada a existência de colaborações ou sinergias com outras entidades, públicas ou privadas;
 - iii. Soluções para a sustentabilidade do projeto.
 - b. **Justificação do projeto:**
 - i. Clareza da proposta de valor;
 - ii. Avaliação da justificação e adequação da solução proposta relativa à resposta social preconizada pelo projeto face às necessidades

identificadas e forma como serão abordadas as vulnerabilidades da Comunidade alvo;

- iii. Definição adequada dos objetivos gerais e específicos a atingir face à Comunidade alvo;
- iv. Envolvimento dos beneficiários diretos na conceção e/ou implementação do projeto;
- v. Qualidade técnica do projeto;

c. Impacto e inovação do projeto:

- i. Inovação da solução proposta em termos de conceção e metodologia de intervenção;
 - ii. Antevisão do impacto do projeto nas comunidades abrangidas e do efeito positivo da solução proposta no território e na comunidade abrangida e em geral e capacidade de criação de mudanças sociais significativas, replicáveis, duráveis e mensuráveis;
 - iii. Estratégia de avaliação do projeto e adequação dos métodos propostos e dos indicadores de avaliação selecionados em termos quantitativos e qualitativos e forma de os divulgar.
 - iv. Contributo para o desenvolvimento de Boas Práticas em Inovação Social e Inovação Aberta.
3. Os critérios enunciados no número anterior são avaliados de forma quantitativa, permitindo a seriação das candidaturas, que deverá constar de ata a elaborar pela Comissão de Seleção.
4. Em caso de desistência de algum dos projetos selecionados até à data de início da Fase 1, será convocado o projeto não selecionado que tenha obtido melhor classificação na avaliação dos critérios enunciados no número 2 do presente artigo.
5. A Comissão de Seleção será igualmente responsável pela escolha do projeto vencedor de entre os projetos selecionados na Fase 1, de acordo com os critérios de avaliação enunciados no número 2 do presente artigo, e cuja solução de impacto será implementada, enquanto projeto-piloto financiado nos termos previstos nas presentes Normas de Funcionamento.

Artigo 6.º

(Financiamento e outros apoios aos projetos selecionados)

1. Os projetos que vierem a ser selecionados na Fase 1:
 - a. serão apoiados com um donativo no valor de €2.500 por projeto, a liquidar conforme vier a ser definido no respetivo Protocolo de Colaboração;
 - b. beneficiarão de um programa de capacitação do HPH, com uma duração de três semanas, baseado num modelo de inovação aberta, com vista ao desenvolvimento de uma ação de pequena escala ("Small Scale Action") que consistirá na experimentação e melhoria do protótipo da solução proposta.
2. O projeto que vier a ser selecionado na Fase 2 será financiado até um máximo de €35.000 para implementação de um projeto piloto, por um período de um ano, a liquidar conforme vier a ser definido no respetivo Protocolo de Colaboração.
3. O projeto selecionado na Fase 2 será acompanhado pelo Município e pelo BragaHabit, através do HPH, com vista à sua implementação enquanto projeto piloto, sendo-lhe garantido o acesso gratuito ao espaço de incubação física do HPH, bem com a disponibilização de serviços de assessoria, consultadoria, mentoria e integração nas comunidades de impacto do HPH.
4. Adicionalmente, aos projetos selecionados na Fase 1, será atribuído um "voucher de incubação" que assegurará durante um período de 6 meses a contar do seu término:
 - a. Acesso ao espaço de co-working nos laboratórios do HPH e a serviços de incubação;
 - b. Acesso a uma rede de mentores e investidores da comunidade do HPH;
 - c. Suporte na divulgação dos projetos.

Artigo 7.º

(Localização)

1. As sessões de trabalho da Fase 1 e da Fase 2 realizar-se-ão, por regra, nos Laboratórios de Inovação do HPH sitos na Rua São Domingos, nº 94 B, 4700-176 Braga, Portugal.
2. As sessões de trabalho que, por motivos de força maior, não se possam realizar presencialmente, realizar-se-ão em plataforma de vídeo e áudio conferência online, a definir e comunicar pelo HPH.

Artigo 8.º

(Compromisso e Deveres dos Participantes)

1. Os responsáveis pelos projetos selecionados em ambas as fases, ao iniciarem o Programa, declaram e reconhecem, sob pena de serem excluídas, que:
 - a. tanto quanto seja do seu conhecimento, os projetos são originais ou incluem inovações ou variantes sobre ideias já existentes;
 - b. os projetos serão acelerados, de forma exclusiva, durante o decorrer deste Programa;
2. Durante o Programa, os promotores dos projetos selecionados em ambas as fases comprometem-se a:
 - a. Respeitar e cumprir com assiduidade e pontualidade a calendarização e horários estabelecidos e/ou comunicados pelo HPH;
 - b. Participar em todas as sessões do Programa, salvo justificação fundamentada em contrário;
 - c. Disponibilizar a informação sobre o projeto sempre que seja solicitada e relevante para a participação no Programa;
 - d. Manter a equipa do HPH ao corrente do desenvolvimento do projeto;
 - e. Reconhecer e aceitar que, em caso de incumprimento por parte dos participantes, daí decorrerão prejuízos na qualidade do Programa podendo ser decidida a suspensão ou término da sua participação no mesmo.
3. O(s) promotor(e)s do projeto que vier a ser selecionado para implementação da Fase 2 comprometem-se a:
 - a. iniciar a implementação do projeto piloto em dezembro de 2024;
 - b. utilizar o montante do apoio na prossecução e desenvolvimento do projeto piloto ao longo de um período de 12 meses a contar da data do seu início;
 - c. quando aplicável constituírem-se, no prazo de três meses a contar da data da seção, sob forma jurídica adequada (associação, cooperativa, empresário em nome individual ou sociedade comercial, etc.), como vista à prossecução do projeto;
 - d. apresentar um relatório de acompanhamento da execução semestral, assim com um relatório final, no prazo de três meses a contar do seu termo, com uma avaliação do impacto da solução implementada, assim como o seu resultado na

capacidade de criação de mudanças sociais significativas, replicáveis, duráveis e mensuráveis, conforme vier a ser definido no respetivo Protocolo de Colaboração.

Artigo 9.º

(Exclusão)

1. O incumprimento de quaisquer dos requisitos previstos nas presentes Normas de Funcionamento será motivo de exclusão do Concurso.
2. Os promotores reservam-se o direito de excluir qualquer projeto submetido ao Programa ou cancelar a sua participação em qualquer das Fases em caso de incumprimento das presentes Normas de Funcionamento, constituindo causa de exclusão, com a consequente devolução de parte ou da totalidade do montante recebido, designadamente:
 - i. A não participação em todas as sessões definidas no Artigo 6.º;
 - ii. A não constituição de entidade jurídica nos termos previstos na alínea c) do número 3 do Artigo 8.º;
 - iii. A interrupção do desenvolvimento do projeto submetido ao Programa.

Artigo 10.º

(Proteção de dados)

1. Os dados pessoais dos gestores das candidaturas dos projetos, nomeadamente as categorias de dados pessoais constantes dos documentos que acompanham a candidatura, serão tratados pela BragaHabit com a finalidade de gerir a respetiva candidatura, sendo a base do tratamento a execução de diligências pré-contratuais e contratuais, bem como o cumprimento de obrigações legais.
2. A não disponibilização de alguns dos dados pessoais referidos, nomeadamente dos dados constantes dos documentos necessários, impossibilita a análise da respetiva candidatura. Os dados das entidades candidatas serão conservados durante cinco anos. Decorrido esse prazo, os dados serão apagados ou, alternativamente, anonimizados.
3. Declara-se ainda, em matéria de tratamento de dados pessoais, que:
 - a. A BragaHabit é a responsável pelo tratamento dos dados pessoais para efeitos de gestão e desenvolvimento do Concurso;

- b. Os dados pessoais não serão cedidos a entidades terceiras nem serão objeto de decisões automatizadas;
 - c. Se a BragaHabit precisar de contratar serviços de fornecedores situados em países que não tenham uma legislação equivalente à legislação europeia relativamente ao tratamento de dados, os contratos com as mesmas serão realizados de acordo com todos os requisitos estabelecidos pela legislação relativa à proteção de dados, aplicando as garantias e salvaguardas necessárias para a preservação da sua confidencialidade;
 - d. Os titulares dos dados têm o direito de aceder aos seus dados pessoais e corrigir os dados incorretos, solicitar o seu apagamento quando estes já não sejam necessários, solicitar a oposição ou limitação ao tratamento dos mesmos ou a sua portabilidade, mediante comunicação ao encarregado de proteção de dados através dos contactos indicados;
 - e. Se os titulares dos dados considerarem que o tratamento dos seus dados pessoais é contrário à legislação, podem apresentar uma reclamação ao encarregado da proteção de dados da BragaHabit ou perante a Comissão Nacional de Proteção de Dados.
4. Os candidatos comprometem-se a cumprir integralmente o Regulamento (UE) 2016/679 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados - RGPD) e a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, a qual executa certos aspetos do RGPD na ordem jurídica interna, e restante legislação comunitária e nacional respeitante à proteção de dados pessoais, em termos a especificar no contrato que venha a ser celebrado com as entidades selecionadas.
5. A BragaHabit, salvo acordo em contrário, não é responsável pelo tratamento de dados pessoais dos beneficiários dos projetos, não tendo acesso aos dados pessoais dos mesmos, sendo a responsabilidade por esse tratamento exclusivamente dos promotores dos projetos.

Artigo 11.º

(Disposições Finais)

1. Todas as dúvidas suscitadas com a interpretação e aplicação das presentes Normas de Funcionamento, bem como a integração de lacunas serão resolvidas pelo Município e BragaHabit, ouvida a Fundação "la Caixa".
2. Para resolução de qualquer litígio decorrente das presentes Normas de Funcionamento as partes obrigam-se, primeiramente, a procurar um acordo, e, caso tal não se mostre possível, convencionam as partes, com exclusão de qualquer outro, a competência do foro da Comarca de Braga.
3. Quaisquer questões poderão ser esclarecidas através do email:
hello@humanpowerhub.org.

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Braga

Praça do Município

4700-435 Braga

V/ referência	V/ data	N/ referência	N/ data
		Of. N.º 1941/ADM	15/07/2024

Assunto: Normas de Funcionamento do Programa ISA Braga – 2ª edição

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga

Dr. Ricardo Rio,

O Protocolo de Colaboração assinado entre a Fundação “la Caixa”, o Município de Braga e a BragaHabit no dia 11 de maio de 2023 pretende impulsionar a Inovação Social através do desenvolvimento de um programa piloto que congregue e aplique os conceitos de Inovação Social e de Inovação Aberta.

O Programa de Inovação Social Aberta de Braga (doravante, Programa ou ISA Braga) potencia o desenvolvimento de projetos centrados na satisfação das necessidades sociais do Município de Braga, bem como a geração de sinergias entre entidades sociais, empresas e instituições ligadas ao desenvolvimento do conhecimento, promovendo relações de cooperação e colaboração para responder aos vários desafios que surgem neste contexto.

Este Programa piloto centra a sua intervenção junto das Comunidades Ciganas, com o foco na promoção de soluções que visem o sucesso escolar e o acesso a processos de aprendizagem ao longo da vida; a promoção da Empregabilidade e de Oportunidades de Carreira Profissional; e a promoção de soluções que promovam hábitos de vida saudável, livres de consumos dependentes e comportamentos de risco.

O referido Protocolo de Colaboração permite a realização de um processo de investimento de impacto e permite ao Human Power Hub - Centro de Inovação Social de Braga (doravante HPH), uma plataforma de promoção da inovação social, de empreendedorismo social, responsabilidade social e de impacto, gerido pela BragaHabit, continuar a aprofundar a sua linha de atuação em projetos que promovam a criatividade, o trabalho colaborativo e em rede e a igualdade de oportunidades para levar a cabo uma mudança real no território envolvente e alcançar as metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

Face ao exposto, submete-se a proposta de Normas de Funcionamento que regularão as regras do Concurso da 2ª edição do Programa a lançar conjuntamente pelo Município de Braga, a BragaHabit e a Fundação “la Caixa” com vista à implementação desta iniciativa conjunta.

Com os melhores cumprimentos,

O Administrador Executivo

(Carlos Alberto da Fonte Videira)